

SUMÁRIO

PARTE I - AS ORIGENS..... 29

THE ROLE OF THE JUDGE IN THE PUBLIC LAW LITIGATION..... 31

Abram Chayes

VINDICATING THE PUBLIC INTEREST THROUGH THE COURTS 70

Mauro Cappelletti

AS FORMAS DE JUSTIÇA 119

Owen Fiss

1. Adjudicação e Valores Públicos 123
2. Forma e Função 134
 - A. A Transformação..... 135
 - B. O Significado da Transformação..... 146
3. O Problema do Remédio Judicial..... 161
 - A. O Novo Formalismo 163
 - B. Os Dilemas do Instrumentalismo 167

ENSAIO SOBRE O JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS..... 175

Fábio Konder Comparato

1. Introdução..... 175
2. Locke, Montesquieu, Rousseau e os fundamentos teóricos do Estado Legislativo..... 176

3. Do imobilismo legislativo à telocracia dinâmica.....	181
4. A inserção das políticas públicas no quadro da organização jurídica estatal.....	183
5. A irrecusabilidade do juízo de constitucionalidade de políticas Governamentais.....	186
6. A necessária reforma constitucional	188
7. Advertência final	190

PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO..... 193

Carlos Alberto de Salles

1. Identificando um objeto de estudo: o processo civil de interesse público	193
2. Direito e processo: uma nova perspectiva metodológica.....	195
3. A efetividade da tutela jurisdicional.....	200
4. Tutela jurisdicional e neutralidade do processo	204
5. A repercussão das ações coletivas no sistema jurisdicional brasileiro	207
6. Conflitos de interesse público e de interesse individual: o significado das ações coletivas.....	208
7. A definição do interesse público	210
8. Justiça e adequabilidade do processo decisório: o papel do Judiciário na implementação de políticas públicas.....	217
9. Conclusão: um novo modelo de tutela jurisdicional do interesse público.....	222
Bibliografia citada.....	224

PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO: INTRODUÇÃO..... 229

Kazuo Watanabe

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSO: A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS..... 237

Carlos Alberto de Salles

1. Políticas públicas e processo	237
2. O processo civil no Estado Social.....	238
3. Processo e políticas públicas: a questão dos custos.....	240

4. Processo e políticas públicas: o efeito-carona (<i>free-riding</i>).....	241
5. Processo e políticas públicas: a questão do grupo de interesse.....	243
6. O papel da ideologia: um modelo de duas forças	244
7. Modelos de legitimação processual.....	246
8. A opção brasileira.....	247
9. Conclusões.....	250

**POLÍTICA EDUCACIONAL - SUPREMA CORTE DOS EUA -
CASO BROWN V. BOARD OF EDUCATION 347 U.S. 483 (1954)
- JULGAMENTO EM 17 DE MAIO DE 1954 251**

Fernando Garcia Souza

1. Contexto histórico: o regime de segregação racial institucionalizado nos EUA.....	251
2. Estrutura da decisão.....	253
3. Reforma estrutural e o desafio de implementação: <i>Brown II - 349 U.S. 294 (1955)</i>	254

PARTE II - A ATUALIDADE..... 259

LOS CONFLICTOS DE INTERÉS PÚBLICO 261

Roberto Omar Berizonce

I. La constitucionalización de las garantías y la misión de la jurisprudencia como receptora de los principios de las convenciones y tratados sobre derechos humanos	261
1. El bill of rights sustantivo	263
2. Las garantías fundamentales del proceso civil.....	264
3. Las tutelas procesales diferenciadas	265
4. Proyecciones	266
II. Los conflictos de interés público.....	266
1. Características típicas.....	268
3. Los litigios de interés público en la experiencia colombiana.....	276
III. El fenómeno de la judicialización de los conflictos y la participación de los jueces en las políticas públicas	279
IV. Las ventajas y desafíos que plantea el creciente activismo judicial en los conflictos de interés público	282

EL REMEDIO ESTRUCTURAL DE LA CAUSA “MENDOZA”. ANTECEDENTES, PRINCIPALES CARACTERÍSTICAS Y ALGUNAS CUESTIONES PLANTEADAS DURANTE LOS PRIMEROS TRES AÑOS DE SU IMPLEMENTACIÓN 287

Francisco Verbic

I.	Introducción	288
II.	Ubicándonos en el contexto.....	290
1.	Algo de historia y de la problemática social detrás del caso.....	290
2.	Antecedentes relevantes de la causa previos al dictado de la sentencia de fondo (I): la decisión del 20/06/06, las audiencias públicas celebradas en la CSJN y la intervención de la Universidad de Buenos Aires como experto.....	291
3.	Antecedentes relevantes de la causa previos al dictado de la sentencia de fondo (II): la intervención de terceros que pretendieron influir en el alcance de lo discutido.....	294
4.	Antecedentes relevantes de la causa previos al dictado de la sentencia de fondo (III): creación de la Autoridad de Cuenca Matanza-Riachuelo (ACUMAR)	295
III.	La sentencia de fondo y el remedio estructural.....	296
1.	Principales características de la sentencia de condena y contenido del programa de saneamiento.....	296
2.	Delegación de la ejecución en el Juzgado Federal de Quilmes	300
3.	Mecanismos de control y participación ciudadana en el procedimiento de ejecución. Rol de la Auditoría General y del Defensor del Pueblo de la Nación	301
IV.	Ejecución de la sentencia (i): cuestiones de competencia, asignaciones presupuestarias y responsabilidad personal de los funcionarios actuantes.....	302
1.	Alc ance de la intervención del Ministerio Público Fiscal	303
2.	Responsabilidad personal de los funcionarios actuantes	304
3.	Cuestiones de competencia (I).....	304
4.	Cuestiones de competencia (II)	305
5.	Asignaciones presupuestarias: el pedido del juez de la ejecución.....	305
6.	Cuestiones de competencia (III). Resolución de las divergencias interpretativas con carácter general.....	307
V.	Ejecución de la sentencia (ii): monitoreo de la ejecución e impulso de oficio por la CSJN ante la falta de avances adecuados	309
1.	La solicitud de un informe circunstanciado.....	309

2.	Nuevas directrices para el juez de la ejecución y énfasis en la responsabilidad personal de los funcionarios actuantes.....	310
3.	La citación a una nueva audiencia pública	311
VI.	Conclusiones	312
	Bibliografía.....	314

IL GIUDIZIO DI OTTEMPERANZA E IL COMMISSARIO AD ACTA NEL PROCESSO AMMINISTRATIVO ITALIANO..... 317

Giovanni Bonato

1.	Introduzione: il controllo del giudice amministrativo sull'attività della pubblica amministrazione dall'azione di annullamento all'azione di adempimento	317
1.1.	Segue: la class action pubblica per l'efficienza delle amministrazioni	322
2.	Il giudizio di ottemperanza: evoluzione normativa.....	325
2.1.	Caratteristiche generali del giudizio di ottemperanza	327
3.	La domanda e il procedimento nel giudizio di ottemperanza.....	329
4.	La pronuncia del giudice nel giudizio di ottemperanza	333
5.	Il commissario ad acta	335

THE BRAZILIAN JUDICIARY AS AN ORGAN OF POLITICAL CONTROL 341

Ada Pellegrini Grinover e Grasielly de Oliveira Spinola

1.	Introduction.....	341
1.	Fundamental social rights, public policies and jurisdictional control.....	341
2.	Limits to the jurisdictional performance over the control of public policies.....	343
3.	The public policies and the individual actions	344
4.	The critics of the judicial activism and the judge's co-participation in the political arena.....	345
5.	The conflicts of public interest and its adequate jurisdictional protection. Characteristics of a new action.....	346
2.	AN Emblematic Case of Failure in the Inadequacy of Decision on Public Policy	348
2.1.	The inefficiencies of the judicial decision due to the implementation based on the wrong <i>class action</i>	353
2.2.	Diffused, Collective and Homogeneous Individual Rights.....	353

2.3. Importance of recognizing the rights and common interests in the case of autism, for efficiency judged	355
III. CONCLUSIONS.....	355
IV. BIBLIOGRAPHY.....	356

PROCESSO COLETIVO E CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - RELATÓRIO BRASIL..... 359

Susana Henriques da Costa e Débora Chaves Martines Fernandes

1. Introdução.....	359
2. O sistema judicial brasileiro	362
2.1. O Judiciário brasileiro: um poder unitário, independente e inerte	362
2.2. Presença de mecanismos de tratamento de conflitos coletivos representativos.....	364
2.3. Amplo acesso e baixo custo.....	366
2.4. A tendência de democratização	367
3. Os problemas da judicialização da política pública no Brasil.....	369
3.1. Tratamento individual de conflitos coletivos.....	370
3.2. Rigidez do procedimento processual.....	374
4. Os projetos de aprimoramento do sistema processual para atender às demandas de natureza política	377
5. Conclusão.....	379
Referências	380

O JUDICIÁRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E OBSTÁCULO À REALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS..... 383

Virgílio Afonso da Silva

1. Introdução.....	383
2. O mito de Montesquieu.....	385
3. Direitos individuais (civis e políticos) e deveres negativos.....	385
4. Direitos sociais e deveres positivos.....	387
5. O custo dos direitos.....	388
6. Então por que falta efetividade aos direitos sociais?.....	389
7. Mais uma vez: o custo dos direitos.....	390
8. Estudo de caso: remédios para o tratamento da AIDS.....	391
9. Conclusão.....	394
10. Bibliografia citada.....	396

A IMEDIATA JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E O MÍNIMO EXISTENCIAL: RELAÇÃO DIREITO E PROCESSO.... 397

Susana Henriques da Costa

1. Introdução.....	397
2. A jurisdicionalização dos direitos fundamentais	398
3. O mínimo existencial	400
4. Os problemas do processo civil na jurisdicionalização dos direitos fundamentais sociais	402
4.1. Função judicial: consequentialista, estratégica e mediadora... ..	403
4.2. Universalização dos direitos sociais e a coletivização da tutela jurisdicional.....	405
4.2.1. Técnicas de coletivização de pretensões individuais	407
4.2.2. Técnicas de agregação de demandas individuais já propostas	412
4.3. Rigidez formal.....	414
4.4. Motivação	416
4.5. Democratização do processo.....	417
5. Conclusões.....	419
Referências bibliográficas.....	419

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 423

Ada Pellegrini Grinover

1. Introdução: direitos fundamentais sociais, políticas públicas e controle jurisdicional.....	423
2. O controle jurisdicional de políticas públicas e o princípio da separação dos poderes	424
3. Controle jurisdicional de políticas públicas: o controle do mérito do ato administrativo	427
4. A jurisprudência brasileira.....	430
5. Limites à intervenção do Judiciário nas políticas públicas: a razoabilidade.....	434
6. As dificuldades do juiz brasileiro no controle de políticas públicas: decisões irrazoáveis, que substituem a atuação do juiz ao do administrador.....	436
6.1. O caso do Hospital Municipal Salgado Filho.....	436
6.2. O caso das creches do Município de São Paulo.....	438
7. Controle jurisdicional de políticas públicas. Mas que controle?.....	440

8. Um caso emblemático de acerto do Judiciário brasileiro.....	441
9. Os conflitos de interesse público e sua tutela jurisdicional adequada: características de um novo processo.....	445
10. Conclusões.....	448

ACESSO À JUSTIÇA: PROMESSA OU REALIDADE? UMA ANÁLISE DO LITÍGIO SOBRE CRECHE E PRÉ-ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 449

Susana Henriques da Costa

1. Introdução: acesso à justiça como uma linha historicamente em expansão.....	449
2. O direito social à educação infantil: a litigância sobre vagas em creche e pré-escola no Município de São Paulo.....	455
3. A litigância individual.....	462
4. A litigância coletiva.....	464
5. Conclusões.....	468
Referências	471

PROCESSOS ESTRUTURAIS NO DIREITO BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DA ACP DO CARVÃO 475

Sérgio Cruz Arenhart

1. Políticas Públicas e Instrumentos Processuais de seu Controle.....	475
2. Um Procedimento Adequado ao Debate Judicial de Políticas Públicas.....	479
3. O Ordenamento Brasileiro e os Processos Estruturais. O Caso Peculiar da Ação do Carvão.....	482
4. Alguns Instrumentos Processuais Harmônicos com a Intervenção em Políticas Públicas. Experiências Tomadas da ACP do Carvão.....	487
5. Conclusão.....	491

DESAFIOS À JURISDIÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SE PODE APRENDER COM A EXPERIÊNCIA DA COLÔMBIA 493

Vanice Regina Lírio do Valle

1. Judicialização de direitos fundamentais e controle judicial de políticas públicas.....	493
2. Políticas públicas: conceito e desafios à sua sindicabilidade judicial.....	498
2.1. Políticas públicas e seu caráter instrumental à consecução de objetivos específicos.....	498
2.2. Políticas públicas, multilateralidade e dinâmica.....	502

SUMÁRIO

3. Tutela judicial de direitos fundamentais na Colômbia: o que se pode aprender.....	505
3.1. Distinção entre provimentos individuais e decisões estruturantes	507
3.2. Construção paulatina de critérios definidores do conteúdo em si do direito fundamental tutelado	512
3.3. Diálogo permanente entre a dimensão exigível do direito, e aquela desejável: a Corte como instância de recomendação	514
4. Avaliando o potencial de transposição da matriz de decisão colombiana para a realidade brasileira.....	517
Referências	522

**LITÍGIO ESTRATÉGICO E ARTICULAÇÃO ENTRE JURISDIÇÕES:
O CASO GUERRILHA DO ARAGUAIA..... 527**

Eloísa Machado de Almeida

Introdução.....	527
Direitos humanos e a integração entre sistemas	530
O caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil	537
Conclusão.....	545
Referências bibliográficas.....	546
Jurisprudência mencionada	547

**POLÍTICA AMBIENTAL - 1ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
CRICIÚMA/SC (JUSTIÇA FEDERAL) - AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º
93.8000533-4 (CASO CRICIÚMA) - SENTENÇA EM 05 DE
JANEIRO DE 2000..... 549**

Resenha por Thais Aranda Barrozo

**EDUCAÇÃO INFANTIL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO - APELAÇÃO N.º 0150735-64-2008-8.26002 (CASO CRECHES)
- JULGAMENTO EM 16 DE DEZEMBRO DE 2013..... 557**

Heloisa Couto dos Santos

**POLÍTICA CARCERÁRIA - CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA DA NAÇÃO
ARGENTINA - CASO “VERBITSKY, HORACIO S/ HABEAS CORPUS” -
JULGAMENTO EM 03 DE MAIO DE 2005..... 563**

Júlio Camargo de Azevedo

POLÍTICA CARCERÁRIA - SUPREMA CORTE DOS EUA - CASO BROWN, GOVERNOR OF CALIFORNIA, ET AL. V. PLATA ET AL. - JULGAMENTO EM 23 DE MAIO DE 2011.....	569
---	------------

Horival Marques de Freitas Junior

POLÍTICA CARCERÁRIA - CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA DA COLÔMBIA - ACCIÓN DE TUTELA 58729 - JULGAMENTO EM 27 DE MARÇO DE 2012	577
--	------------

Ricardo Geraldo Rezende Silveira

POLÍTICA CARCERÁRIA - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ADPF Nº 347 MC/DF - JULGAMENTO EM 09 DE SETEMBRO DE 2015	585
--	------------

Marcos Rolim da Silva

COMENTÁRIO DE PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON	593
--	------------

PARTE II - A ATUALIDADE.....	595
-------------------------------------	------------

PROJETO DE LEI Nº 8058, DE 2014.....	597
---	------------

(Do Sr. Paulo Teixeira)

Capítulo I - Dos Princípios Aplicáveis ao Controle Jurisdicional de Políticas Públicas	597
Capítulo II - Da Competência e da Petição Inicial	598
Capítulo III - Da Fase Preliminar	599
Capítulo IV - Dos Meios Alternativos de Solução de Controvérsias	600
Capítulo V - Do Processo Judicial.....	601
Capítulo VI - Da Reunião dos Processos em Primeiro Grau.....	601
Capítulo VII - Das Relações entre Magistrados.....	601
Capítulo VIII - Da Reunião de Processos em Grau de Recurso.....	604
Capítulo IX - Dos Cadastros Nacionais	604
Capítulo X - Das Ações Individuais.....	605
Capítulo XI - Das Disposições Finais.....	606
Justificação.....	606

**PROJETO DE LEI N. 8058/2014 -
CONSIDERAÇÕES GERAIS E PROPOSTA DE SUBSTITUTIVO 609**

*Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e
Paulo Henrique dos Santos Lucon*

I.	Da Constitucionalidade e da Conveniência do Projeto.....	609
II.	Análise do Projeto, artigo por artigo	610
	Projeto de Lei n. 8058/2014 da Câmara dos Deputados.....	611
	Princípios Aplicáveis ao Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.....	611
	Da Competência e da Petição Inicial	612
	Da Fase Preliminar.....	614
	Dos Meios Alternativos de Solução de Controvérsias.....	616
	Do Processo Judicial.....	618
	Da Reunião dos Processos em Primeiro Grau.....	622
	Das Relações Entre Magistrados.....	622
	Da Reunião de Processos em Grau de Recurso	623
	Dos Cadastros Nacionais	623
	Das Demandas Individuais	625
	Disposições Finais.....	639
III.	Substitutivo Sugerido.....	640
	Sugestão de Substitutivo - Ao Projeto de Lei n. 8058/2014 ...	640
	Princípios Aplicáveis ao Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.....	640
	Da Competência e da Petição Inicial	641
	Da Fase Preliminar.....	642
	Dos Meios Alternativos de Solução de Controvérsias....	643
	Do Processo Judicial.....	644
	Da Reunião dos Processos em Primeiro Grau.....	646
	Das Relações entre Magistrados.....	646
	Da Reunião de Processos em Grau de Recurso	646
	Dos Cadastros Nacionais	647
	Das Demandas Individuais	647
	Disposições Finais.....	650